DEPOSITO LEGAL

ANO 96.º — N.º 33 789 — Preço 6$00 — SEXTA-FEIRA, 29 de Outubro de 1976

O SECULO

Director: JOÃO GASPAR SIMÕES — Director-adjunto: MANUEL MAGRO

CARDIA: CHEGOU A ALTURA DE DESTRONAR DO PEDESTAL OS QUE SÓ REUNEM E PARASITAM

Cidadãos acima de toda a suspeita!

Nada há de mais intensamente subjectivo do que balancear o valor de um facto, de um evento, com vista a dar-lhe forma e rosto de notícia. Do peso, às vezes, excessivo e tormentoso desta subjectividade, só os jornalistas podem falar. Só eles, com efeito, têm uma acuidade de ofício e de experiência, todos os dias ensaiada, apurada, nessa inglória e difícil tarefa de conseguir que um jornal oscile, em linha de equilíbrio, entre o trágico e o cómico do quotidiano social. Um pouco menos de emoção e de ofício e o jornal, que deveria ser vivo e palpitante, não passará de uma burocrática acta de provinciana assembleia. Um pouco menos de contenção e de ofício, e o jornal, que deveria ser objectivo e honesto, não será mais que a imagem do descrédito.

E é por isto e só por isto que se tornou sacral essa conquista suprema da Democracia, que se chama liberdade de Imprensa. Sem ela não há responsabilidade; sem ela não há dignidade.

Quem assina estas linhas, coube-lhe em sorte, em má sorte, desde os primeiros dias da Revolução, a pesada tarefa de dirigir grandes jornais. E, pois, de um duro e vivido saber o seu conhecimento de como é difícil salvar, em cada hora, os altos valores da ética e da deontologia que devem conformar este amargo ofício exercido em liberdade. Mas é também desse duro e vivido saber o seu conhecimento de como é difícil salvar a honradez da independência, face ao multiplicar das pressões e dos compromissos.

Os que hoje estão no Poder — ou pelo menos alguns dos seus nomes mais significativos — desde o início o encontraram nessa luta de salvar a Liberdade, as liberdades, e, no que respeitava ao seu quotidiano próximo, a liberdade da Imprensa: a liberdade de Imprensa responsável, com ética e deontologia. Os que estavam do lado do totalitarismo não poucas vezes me acusaram desse infame e infamante crime de fazer censura. Correram-se os riscos todos que foi preciso correr. Os riscos e as suas consequências, que não se fizeram tardar. Salvou-se a Liberdade neste País e com ela a livre Imprensa.

E ao abrigo daquela Liberdade que certos acontecimentos acontecem. Revoltantes uns, lamentáveis outros. Há quem atire bombas e cause a morte; há quem escreva livros e provoque a indignação. A Imprensa que existe livre, ao abrigo da Liberdade existente, tem que dar sinal vivo e espelhado do que nos rodeia. E o que nos rodeia é uma sociedade em busca de si mesma, em busca do difícil caminho para a Democracia em plenitude. Viva e diária inquietação! Fácil seria pôr-lhe fim — bastaria apenas instalar a ditadura. Quem a deseja? Não, por certo, a maioria dos portugueses.

A Imprensa livre tem, pois, que dar testemunho deste nosso perturbado e perturbante viver colectivo. E esse testemunho tem que ser responsável, isto é, conformado aos altos valores da ética, da deontologia e da independência profissional. Como jurista entendo que tal desiderato é hoje menos custoso do que há uns meses atrás. Temos uma lei de Imprensa, será só segui-la e aplicá-la.

Quer dizer que se um qualquer aventureiro de pouco escrúpulo publica um livro calunioso tem de ser levado a tribunal. Mas a Imprensa livre não pode ignorar questões polémicas. E, naturalmente, tem que objectivá-las em notícias polémicas. No entanto, para que continue livre e responsável, tem que observar estrito rigor de ética e de deontologia, isto é, não acuse sem provas, não difame, não ofenda. No trabalho sob minha responsabilidade, sempre lutei para que assim acontecesse. Nem outra coisa seria conveniente à minha formação de jurista e advogado. Se o alcancei, prova-o o facto de nunca ter ido a tribunal, por crime concernente ao abuso de liberdade de Imprensa.

Foi, pois, com este espírito e dentro deste rigor, que O SECULO publicou, há dias, a polémica notícia do ruidoso lançamento de um livro sobre a morte do general Delgado.

MANUEL MAGRO

(Continuação na página 2)

«O Governo não pode consentir que se hipoteque o futuro para satisfazer as aspirações egoístas de uns quantos privilegiados do presente»

Mário Sottomayor Cardia, ministro da Educação e Investigação Científica

Durou pouco mais de uma hora a anunciada comunicação que o ministro da Educação e Investigação Científica dirigiu ao País, ontem, à noite, pela televisão, no período reservado ao «Momento Político».

Aguardadas com grande expectativa, as palavras de Sottomayor Cardia caracterizaram-se pelo desassombro e pela coragem — na linha, aliás, que tem assinalado a sua acção à frente do MEIC — e constituíram como que uma análise crítica da sua própria acção à frente de uma das mais «quentes» pastas governamentais.

Dada a importância de que esta comunicação se reveste, e mau grado a sua extensão, publicamo-la na íntegra:

A abertura do ano lectivo pode constituir momento oportuno para que o País compreenda que, finalmente, um Governo decidiu assumir as suas responsabilidades do sector da educação.

Os problemas do sistema escolar são difíceis em toda a parte. Todavia, a natureza das dificuldades difere, consideravelmente, de país para país e mesmo de ano para ano. Em Portugal, as coisas atingiram um estado tal que bem se

(Continuação na página 4)

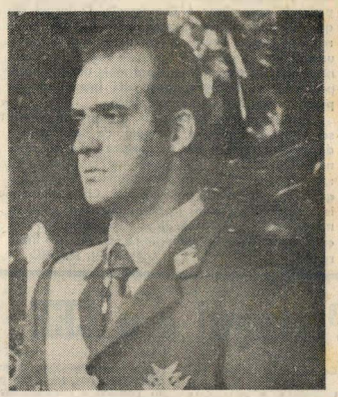
A Assembleia da República revogou a lei dos Conselhos da Informação

(NA PÁG. 2)

Cruzeiro: 14 desvalorizações só este ano

O Banco Central do Brasil anunciou uma desvalorização, a décima quarta desde o princípio do ano, de 1.81 por cento do cruzeiro.

O dólar americano passará a ser comprado, desde ontem, a 11,76 cruzeiros, e vendido a 11,62 cruzeiros. A desvalorização do cruzeiro atinge agora 30,37 por cento, a contar desde 1 de Janeiro de 1976. Durante o mesmo período, a taxa de inflação no Brasil atingiu 37,1 por cento.



Amnistia geral pedida a Juan Carlos

A secção francesa da Amnesty International, instituição privada de defesa dos presos políticos no Mundo, pediu ao rei Juan Carlos, por ocasião da sua visita a Paris, para proclamar «a amnistia geral de todos os presos políticos detidos em Espanha».

Amnesty International recorda num comunicado que saúda a libertação dos presos políticos realizada em Julho último, quando foi promulgada «uma amnistia parcial», mas, acrescenta, «as detenções prosseguem e um grande número de presos continua encarcerado pelas suas opiniões políticas».

Batata não chegará para consumo do ano

Segundo a última previsão das colheitas em Portugal, a produção de trigo deste ano poderá atingir 680 mil toneladas, o que representa um aumento de 13 por cento relativamente a 1975, e de 18 por cento em relação à média do último decénio.

«Esta produção — salientam os serviços centrais do INE — satisfaz cerca de 73 por cento do consumo de um ano previsível para o continente, a manter-se a capitação média do quinquénio 1970/74 e o consumo habitual de semente».

A produção de centeio é avaliada em 147 mil toneladas, ou seja 2 por cento superior à do ano passado, mas 8 por cento inferior à média do último decénio, enquanto a produção de grão-de-bico, estimada em 15 mil toneladas, é inferior em 5 por cento à última colheita e em 12 por cento à média do último quinquénio.

Quanto à cultura de milho, muito prejudicada pela falta de chuvas no seu ciclo vegetativo, é calculada

(Continuação na página 2)

Atmosfera de suspeita na conferência sobre a Rodésia

• *Interrompidos os trabalhos meia hora após o início*

A conferência, há muito esperada, entre rodesianos brancos e negros, começou ontem em Genebra, mas terminou meia hora depois, enquanto o seu presidente britânico comunicava um profundo sentimento de suspeita entre as duas partes que negoceiam o fim do regime branco na colónia secessionista.

A atmosfera de suspeita no local da conferência, no Palácio das Nações, de Genebra, foi claramente descrita pelo presidente britânico, Ivor Richard: «Quase que se pode senti-la no ar em torno deste edifício e na própria cidade» — declarou ele aos jornalistas.

A conferência foi convocada pela Grã-Bretanha para estabelecer um Go-

(Continuação na página 2)

• *futuro da Rodésia por um canudo? Não, propriamente... Ian Smith, que antecipou de uma semana a sua presença na Suíça para participar na conferência sobre o futuro da ex-colónia britânica, aproveitou os dias que antecederam a reunião com os «leaders» da maioria negra para fazer turismo, a despeito do frio e da neve*

Está reunido em Lisboa «comité» misto Portugal-CEE

Em representação do Primeiro-Ministro, Mário Soares, o secretário de Estado-adjunto, Vítor Cunha Rego, recebeu, ontem à tarde, Roland de Kergorlay e Pierre Duchateau, respectivamente, presidente e vice-presidente da delegação comunitária ao Comité Misto Portugal CEE, que se encontra reunido em Lisboa, na sua sexta sessão.

(Continuação na página 2)

Política nacional

Cidadãos acima de toda a suspeita!

(Continuado da página 1)

Trata-se, como se sabe, de uma traumatizante questão nacional, que o País e todos os democratas desejam ver em definitivo esclarecida. Acontece que ninguém mais do que o advogado Mário Soares pôs maior empenho e ardor no dilucidar de tão tenebroso «affair». Ao lado de Delgado, Mário Soares e alguns seus sacrificados camaradas travaram generoso combate pela Liberdade e pela Democracia em Portugal. São cidadãos acima de toda a suspeita e acima das torpezas com que se pretende ensombrar a Democracia. O jornal em que se escrevem agora estas linhas e todos os de recta fé têm o dever de insistir pelo julgamento urgente de um caso que apaixona o País. Caso que não pode ser transformado em mais um labirinto, por onde se aventura quem está interessado na perda de um Portugal democrático.

Para lutar pela Democracia, a Imprensa precisa ser livre. Mas precisa, também, de ser independente para dizer o que em justiça deva ser dito, na hora exacta, e sem temor de fantasmas. Só assim, todos juntos, encontraremos a verdade, ou qualquer coisa muito próximo dela. Claro está que isso se faz com todos os erros de quem procura no escuro e na confusão. «Mas a Imprensa não tem culpa de que a nossa evolução se não faça em linha recta».

MANUEL MAGRO

Assembleia da República

A criação dos Conselhos de Informação vai demorar

• A lei elaborada pelo Sexto Governo não foi ratificada

A lei que criava os conselhos de Informação para a ANOP e para os jornais nacionalizados ou com intervenção estatal foi revogada, uma vez que a Assembleia da República recusou a sua ratificação.

Esta decisão que se adivinhava, desde os debates efectuados anteontem sobre esta matéria não deixou, contudo, de ter aspectos que obrigaram os diversos grupos parlamentares a uma actuação política a que ainda não tínhamos tido oportunidade de assistir na primeira sessão legislativa.

A discussão do requerimento apresentado pelo PCP a solicitar a ratificação da lei elaborada pelo VI Governo, promulgada pelo general Costa Gomes, mas publicada já na vigência dos actuais órgãos de soberania, decorreu num ambiente de forte tensão política a que nunca faltou um debate aberto, só possível em democracia, no decurso do qual as posições políticas assumidas pelos deputados dos partidos representados na Assembleia, se rodearam, por vezes, de cambiantes inesperadas que acabariam por levar a um resultado lógico, mas por caminhos bem diferentes dos que, a princípio, se julgava viessem a ser adoptados.

Pelo que se passou é natural que auguremos para a Assembleia da República um promissor futuro político em que as alianças de ocasião, os avanços e recuos dos partidos irão ser uma constante sem que se possam classificar tais atitudes políticas como coligações, visando outros objectivos mais profundos. Por enquanto, será prematuro julgar a actuação dos parlamentares. Esperemos, apenas, que os debates e legislação da Assembleia da República sobreponham os meros jogos políticos de circunstância e que sejam claramente ultrapassados pelo interesse do País real que somos. A legislação não se coaduna com partidarites.

O processo de ratificação requerido pelo PCP levantou, como na crónica de ontem, informávamos, objecções do PS e do CDS — chegaram a pôr em causa a sua constitucionalidade — ao contrário do PPD/PSD e da UDP. No entanto, a verdade é que — e isso é interessante referir — os centristas pretendiam a revogação pura e simples da lei e os pêpêdistas-sociais democratas, embora favoráveis ao processo levantado pela bancada comunista, uma vez que o consideraram perfeitamente legal, acabariam por se manifestar contra a ratificação da lei. Aliás, aquele partido fez chegar à mesa um projecto de lei sobre a atribuição à Assembleia da República da superintendência nos meios de comunicação social estatizados.

Por outro lado, o CDS levantou uma questão prévia que teve total apoio da bancada do PS. No entanto, a mesa, sob a presidência, na altura, de António Arnaut, escudando-se no Regimento, não a admitiu, provocando imediato recurso desta decisão, por parte do PS.

O recurso foi apreciado na sessão parlamentar de ontem. Contra a sua procedência manifestaram-se todos os partidos à excepção do PS. Pode, à primeira vista, parecer contraditória a posição do CDS, mas Rui Pena logo desfez as dúvidas ao acentuar que a questão prévia levantada pelo seu partido era de «ordem lógica e não processual», considerando que ao processo de ratificação iniciado só seria possível pôr-lhe termo na votação, mas após a discussão na generalidade. Insistiu aquele deputado, que praticamente liderou as intervenções do seu partido nesta matéria, que o debate em curso não deveria ter sido autorizado pela mesa. A partir do momento em que foi admitido o seu debate, teria de prosseguir.

Quer dizer, uma vez que nenhum dos partidos se manifestou contra a admissibilidade do requerimento comunista, o processo teria de prosseguir até ao fim passando pela discussão na generalidade e consequente votação. Aliás, para marcar bem a sua posição, Rui Pena, sublinhou que a declaração pela Assembleia da inconstitucionalidade de procedimento deveria ser feita através de uma recusa de ratificação. O CDS, mantinha que a lei nem sequer era ratificável pelo que, como atrás se diz, propunha a sua revogação.

A posição do PS era algo diversa: mantinha que a questão prévia devia ser levada às últimas consequências, impedindo-se o debate na generalidade. Os argumentos aduzidos por Salgado Zenha e José Luís Nunes eram, porém, frouxos, pouco convincentes. Um deles: «uma vez que a lei fora elaborada pelo VI Governo Provisório não havia possibilidade de ser defendida por governantes que já não existem»; aplicou-se ainda, a teoria de que a Assembleia da República não podia exercer controlo ou fiscalização sobre um executivo que cessou funções.

Ora, este tipo de argumentação não foi aceite por nenhum dos partidos, tendo Vital Moreira defendido a actuação da mesa, que a questão prévia apresentada nem sequer chegava a ser contemplada pela mesa e que o PS se não estava de acordo deveria ter, cumprindo os prazos regimentais, interposto recurso. Quanto ao facto de a lei ser da autoria do VI Governo, o deputado comunista acentuou que esse motivo ruía pela base, a partir do momento em que o Decreto-Lei foi publicado no «Diário da República» pelo actual Governo. Para reforçar, saliente-se que os governantes poderiam, como fizeram com outra legislação, revogar a lei, o que efectivamente não fizeram. A partir de então, a legislação passou a ser defendida pelo Governo que a adoptou.

Enfim, o recurso do PS foi derrotado. Só este partido votou a favor.

Surpresa

Terminado o incidente, logo outro surgiu. Agora, levantado por Amaro da Costa do CDS: pretendia que não houvesse debate na generalidade e se passasse de imediato à votação da ratificação da lei. A pressa do CDS em revogá-la era clara Mas o presidente, Vasco da Gama Fernandes, depois de acentuar que não tinha jeito para «abafarete», recusou a pretensão centrista

Não ficaríamos, ainda, por aqui. Depois de uma intervenção de Fernando Roriz, que encerrou a discussão na generalidade, o PCP surpreende o hemiciclo: desejando rever a sua posição, requereu o adiamento da votação para a sessão de hoje. Adivinhava-se que os comunistas já não estavam interessados em levar por diante a ratificação da lei, procedendo-lhe a emendas. Aliás, a derrota era evidente: o PPD/PSD e o CDS votariam contra, recebendo um poderoso aliado: o PS Só a UDP estaria a favor. Solicitou, então, o PCP um intervalo de vinte minutos, o que foi interpretado pelo CDS como uma tentativa de se atingir a hora a que, regimentalmente, a sessão terminaria. Amaro da Costa, requereu o prolongamento dos trabalhos. Assim aconteceu. Esta interpretação do presidente do grupo parlamentar do CDS fez levantar um vigoroso protesto do PCP que, para aclarar a sua atitude, requereu, por sua vez, a continuação da sessão, até a ratificação ser votada.

Finalmente, a votação fez-se e depois dos debates políticos efectuados num ritmo constante, assistiu-se à não revogação da lei. Só a UDP se absteve. Muita gente julgou a actuação do PCP incoerente mas Carlos Brito justificou o voto do seu partido: «recusamos a ratificação, pois o propósito construtivo que anunciamos deixou de ter utilidade, até por verificarmos que todos estão contra; não se trata de incoerência e as nossas objecções à lei são tão vastas que justificam plenamente a nossa votação».

Aliás o PCP e o PPD-PSD tinham sido contrários à aprovação da lei quando foi elaborada no VI Governo.

Ainda, em declaração de voto, Acácio Barreiros, da UDP, manifestou-se contra «os jogos políticos».

Revogação ou não revogação

Para Amaro da Costa, mesmo após o resultado da votação, a situação não é clara. Considera que o decreto-lei se mantém em vigor e, perante as dúvidas, expressou a opinião de ser a Comissão Constitucional a decidir qual das teses prevalecia: revogada ou não revogada a lei.

Os objectivos desta intervenção não escapam à observação de quem se preocupa com os problemas nacionais: o CDS pretende que o seu projecto de lei que propõe a revogação da lei seja apreciado e votado. Quer retirar dividendos politicos, mas o presidente da mesa remeteu o projecto para a comissão respectiva que estudará a sua admissibilidade.

Não andaremos longe da verdade se julgarmos da não admissão, escudados pelo disposto do n.º 4 do art.º 172.º da Constituição: «Se não for aprovada a concessão de ratificação, o decreto-lei deixará de vigorar desde o dia em que for publicada a respectiva resolução no «Diário da República».

Resta acrescentar que para justificar a posição do PS, corria insistentemente pelos Passos Perdidos que o Governo irá apresentar brevemente um projecto de lei sobre esta matéria. Se assim for terá prioridade sobre os outros, pelo que o PPD/PSD também verá os seus objectivos politicos defraudados...

Declaração política

Antes da ordem do dia, Freitas do Amaral leu uma declaração política do seu partido, na qual se critica o Governo e onde se convidam os governantes para um debate público de esclarecimento.

Também usaram da palavra naquele período, Acácio Barreiros, sobre a prisão do major Otelo, e contra os despedimentos nas Oficinas Gerais de Alverca.

Carlos Aboim Inglês apreciou e criticou diversos aspectos relacionados com os órgãos de Comunicação Social estatizados; Simões de Aguiar, do PPD/PSD, falou da situação na indústria transformadora, e Cabral Fernandes, do CDS, analisou problemas madeirenses.

Terminada a sessão, verificou-se que não havia matéria para ser debatida. Por esse motivo, o presidente convocou para terça-feira os presidentes dos grupos parlamentares, adiando as sessões plenárias para data a marcar nessa altura

JOÃO CORREGEDOR

O Conselho da Revolução estudou as condições de promoção dos oficiais

• Nova reunião esta tarde

A uniformização dos processos e critérios de promoção de oficiais das Forças Armadas foi estudada durante a ultima reunião do Conselho da Revolução, que se realizou anteontem. Segundo o seu comunicado, que foi ontem divulgado, o Conselho «ouviu exposições» de grupos de trabalhos compostos por elementos dos ramos sobre projectos relativos a:

- Uniformização de procedimentos entre as diversas armas e serviços, no que se refere as promoções de oficiais.
- Reestruturação da carreira militar dos sargentos dos três ramos das Forças Armadas.
- Reestruturação dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

O Conselho da Revolução transmitiu aos chefes de Estado-Maior as directivas necessárias para a concretização, no mais curto prazo de tempo possível, através de diplomas legais, dos assuntos já coordenados entre os três ramos das Forças Armadas. Objectivamente, quanto à reestruturação dos Serviços de Saúde das Forças Armadas, foi decidido que ela se faça de acordo com as seguintes linhas de acção:

1 — Integração funcional dos Serviços de Saúde dos três ramos;

2 — Articulação dos Serviços de Saúde Militares com o Serviço Nacional de Saúde;

3 — Serviços de Saúde das Forças Armadas destinados a militares, paramilitares e civis ao serviço das Forças Armadas, dependentes dos dois sexos e eventualmente civis, em moldes a definir;

4 — Serviços de Saúde das Forças Armadas profissionalizados;

5 — Institucionalização de uma comissão coordenadora permanente interserviço de saúde das Forças Armadas, dependentes do EMGFA, com a missão de dinamizar a referida reestruturação.

O Conselho sancionou as alterações à legislação, sobre autarquias locais propostas pelo Governo.

O Conselho da Revolução decidiu fazer-se representar por intermédio de delegações nos congressos dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, para os quais os seus membros tenham sido convidados.

O Conselho da Revolução, face aos assuntos em atraso, decidiu marcar uma reunião extraordinária para a próxima sexta-feira (hoje)».

Portugal e a CEE

(Continuado da pagina 1)

Durante a entrevista com o secretário de Estado-adjunto, foram abordados os seguintes pontos: a evolução das relações entre Portugal e a CEE; o calendário previsto para a adesão de Portugal à CEE e caracterização e definição dos campos de negociações entre Portugal e a CEE.

O presidente do Comité Misto Portugal CEE e o secretário de Estado-adjunto do Primeiro-Ministro, fizeram ainda uma análise dos pontos a incluir na agenda da visita que Mário Soares efectuará às capitais dos Estados membros da Comunidade, no início do próximo ano.

Cooperação tecnológica e financeira

Entretanto, abriu em Lisboa a sexta sessão do Comité Misto Portugal-CEE. No discurso que proferiu, no jantar oferecido ao presidente da delegação da CEE, o secretario de Estado da Emigração afirmou que foi tomada «em devido apreço esta deslocação da delegação comunitária à nossa capital e vemos nela mais uma manifestação da feliz evolução das nossas relações, que se têm vindo a caracterizar por um dinamismo alicerçado no espírito de amizade e cooperação.

«Esta reunião do Comité Misto — continuou — teve lugar logo após a assinatura, em Bruxelas, dos protocolos que estabelecem, para além do domínio comercial, no quadro alargado do Acordo de 1972, modalidades de cooperação em domínios tão importantes como os que se ligam directamente à situação dos nossos trabalhadores na Europa e à cooperação industrial, técnica, tecnológica e financeira. Esses resultados não deixarão de ser mencionados.»

E, dirigindo-se ao homenageado:

«Se, como V. Ex.ª bem sabe, os nossos problemas económicos continuam graves, não é menos verdade que desde a última reunião do Comité, em Maio de 1975, muitos acontecimentos ocorreram em Portugal, alguns deles decisivos, tanto no plano político e constitucional, como no do estreitamento das nossas relações com a Comunidade. Não é, evidentemente, esta a altura própria para fazermos o balanço, mas não me parece fora de propósito salientar, a tal respeito, que a convergência positiva desses acontecimentos abre novas e mais amplas perspectivas à problemática das relações entre o meu País e as Comunidades europeias e ao estreitamento dos laços institucionais que nos unem.

«Portanto — prosseguiu — nada mais natural do que o meu desejo de reafirmar, neste momento, o compromisso europeu do meu País numa via que, passando por um regresso às origens e à prioridade da sua vocação europeia, vem, finalmente, desaguar no estuário da Europa e terá de se traduzir, dado o momento, por um pedido de adesão às Comunidades. E, ao mencioná-lo, nada mais faço do que repetir o que, vozes bem mais altas que a minha, já expressaram claramente.

«Que me seja, no entanto, permitido acrescentar: «a nossa opção europeia, com os múltiplos e profundos esforços a ela inerentes e a transcendência das escolhas que impõe, situa o desenrolar das nossas relações numa perspectiva de futuro histórico e de vocação nacional.

«É nosso desejo que tal perspectiva venha a tornar-se simultaneamente causa e efeito das transformações qualitativas e que nós aspiramos, no mais profundo do nosso querer, venham a operar-se no nosso País.

«Eis, sr. presidente, o sentido profundo e último das nossas diligências europeias.»

Rodésia: começou mal a reunião de Genebra

(Continuado da página 1)

verno interino multirracial que conduziria o território governado por brancos para um regime de maioria negra dentro de dois anos. Os delegados reuniram-se duas horas mais tarde do que estava previsto e interromperam 30 minutos depois, decidindo reencontrar-se novamente hoje — declarou um informador britânico.

Richard declarou aos delegados que, depois de todos os representantes fazerem hoje declarações políticas, planeava adiar a conferência por alguns dias para discussões privadas — declararam fontes dignas de crédito.

O atraso na abertura da conferência foi devido a uma disputa acerca do papel da Grã-Bretanha nas negociações — disseram fontes nacionalistas africanas

Os dirigentes nacionalistas, Joshua Nkomo e Robert Mugage efectuaram uma reunião inesperada no último momento com o presidente Richard, tentando obter uma explicação completa acerca da posição da Grã-Bretanha e do seu próprio estatuto nas conversações, afirmaram as fontes.

Quando a conferência começou, Richard leu uma mensagem do primeiro-ministro britânico, James Callaghan, dizendo que assegurava a todas as delegações «toda a confiança e apoio» do Governo britânico nos seus esforços para alcançar um acordo. Callaghan diz na sua mensabem aos delegados: «Desejo sublinhar com todo o ênfase possível que o objectivo do Governo britânico para a Rodésia é uma independência que sirva os interesses e satisfaça as aspirações de todos os povos do Zimbabwe (Rodésia). O êxito da conferência será um passo importante para o alcance deste objectivo. Peço a todos os interessados que não deixem escapar esta oportunidade.»

Um americano em Genebra

Entretanto, os Estados Unidos decidiram ter um papel mais activo na conferência da Rodésia do que estava previsto, enviando a Genebra William Schaufele, secretário adjunto dos Negócios Estrangeiros, soube-se de boa fonte no Departamento de Estado.

Schaufele não participará na conferência propriamente dita, mas tentará jogar um papel intermediário entre a Grã-Bretanha, de um lado, e os africanos brancos e negros, de outro lado, acrescenta-se de mesma fonte.

Êxodo de brancos

Por outro lado, segundo um telegrama de Salisbúria, a Rodésia voltou a registar novo êxodo de brancos durante o mês de Setembro, elevando-se a 4738 a baixa líquida sofrida pela população branca durante os primeiros nove meses de 1976.

As estatísticas oficiais mostram que 1240 brancos deixaram no mês passado a Rodesia, que actualmente tem apenas 77 000 brancos em comparação com mais de seis milhões de negros. Se bem que em Setembro tenham sido registados 534 brancos como imigrantes, o decréscimo líquido relativo ao mês foi de 706.

O êxodo tem-se mantido aproximadamente ao mesmo nível desde Abril, quando o impacto dos acontecimentos de Angola afectou consideravelmente o pensamento da população branca na Rodésia

Propostas contra Pretória

Nas Nações Unidas. Estados africanos, irritados com a criação de um Transkei independente, propuseram o isolamento cada vez maior da África do Sul.

Propostas distribuídas por um grupo de Estados africanos recomendava ontem, à noite, o fim da cooperação com a África do Sul no campo nuclear, um pedido ao Fundo Monetário Internacional para suspender créditos e restringir multinacionais de negociarem com Pretória.

As propostas preconizam também apoio à luta armada na África do Sul e exigem que nações ocidentais imponham um embargo de armas àquela República. A França, a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos vetaram, na semana passada, uma moção para um embargo de armas, apresentada no Conselho de Segurança. — (R-FP).

Alunos de Apolo recebidos em S. Bento

Os corpos gerentes da Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo foram recebidos pelo chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, a quem fizeram uma exposição dos problemas que actualmente mais preocupam aquela sociedade com cento e quatro anos de existência.

Após lhe terem feito a entrega de uma placa endereçada ao dr. Mário Soares, bem como de uma miniatura da batuta oferecida pelo rei D. Carlos à centenária banda musical, os dirigentes da Sociedade Filarmónica pediram que lhes fosse concedida a isenção do pagamento da renda de casa, dado que o seu senhorio é uma empresa nacionalizada — Portugal e Colónias.

Os Alunos de Apolo além da parte cultural que lhes oferece a filarmónica fundada em 1872 tem também secções de andebol ténis, boxe e «karaté», encontrando-se, presentemente a organizar classes de ginástica. Com 250 sócios que lhes facultam uma receita ordinária de 3750$00 vivem «com muitas dificuldades» dado que a sua renda de casa é de 5800$00 subsistindo apenas pela carolice dos sócios» que todos os meses se quotizam extraordinariamente para a pagar.

Embora não se conheça actualmente a fama que a sua banda alcançou, além-fronteiras nos princípios deste século do seu palmarés destacam-se os concertos que a filarmónica deu na presença do imperador da Alemanha, Guilherme II, e, bem assim, as exibições que teve perante os reis D. Afonso XIII de Espanha e Eduardo VII de Inglaterra. De 1895 até 1908, destacaram-se ainda as actuações da banda na presença de D. Carlos e seu irmão o infante D. Afonso, de Portugal.

Previsão das colheitas

(Continuado da pagina 1)

em 95 mil toneladas — inferior em 24 por cento à de 1975 e em 41 por cento à média do último decénio.

Faltarão batata, feijão e milho

Tambem a cultura de feijão de sequeiro, foi prejudicada pela falta de chuvas. A colheita é estimada em 9 mil toneladas o que representa quebras de 27 por cento em relação ao ano transacto e de 49 por cento à média do último decénio.

As culturas de batata, milho e feijão, em regime de regadio, foram muito afectadas pela insuficiência dos caudais de rega, esperando-se, pela ordem indicada, quebras de rendimento unitário de 12, 13 e 14 por cento, relativamente a 1975, e de 22, 16 e 35 por cento, em relação aos rendimentos médios do último decénio.

O rendimento unitário previsto para o arroz, é inferior quer ao do ano passado (menos 8 por cento), quer ao rendimento médio do último decénio (menos 14 por cento). Para estes decréscimos muito contribuíram as características climáticas de Setembro que se revelaram francamente desfavoráveis para a cultura deste cereal.

Baixa generalizada

As produções de uva e figo foram igualmente prejudicadas pelas chuvas, em especial a segunda.

De facto, a produção de figo, que se previa ligeiramente inferior à do ano passado, é agora, calculada em 57 mil toneladas, cerca de 65 por cento da colheita de 1975 Grande parte dos frutos, foi inutilizada pelas chuvas que surgiram durante as operações de colheita e secagem.

Quanto à uva, a produção global prevista é inferior em 3 por cento à do ano transacto e em 13 por cento, à média do último decénio.

Tanto a cultura de tomate para a indústria como a de cártamo apresentam, igualmente, resultados inferiores aos do ano passado: 634 mil toneladas de tomate (menos 23 por cento) e 11 mil toneladas de cártamo (menos 12 por cento)

Maçã em excesso

Espera-se que a produção de castanha, seia inferior 4 por cento à de 1975 enquanto se prevêem favoráveis as produções de amêndoa, maçã, girassol e pêra.

A produção de amêndoa e estimada em 17 mil toneladas, o que significa um aumento de 67 por cento, em relação à do ano passado, que foi muito escassa.

No que respeita à produção de maçã, que apresenta uma elevada percentagem de frutos pequenos prevê-se um aumento de dez por cento relativamente à do ano passado, sendo de 4 por cento, os aumentos previstos para as produções de girassol e de pêra.

«De um modo geral — destacam a propósito, os serviços centrais do INE — durante o mês de Setembro, não houve dificuldade na colocação dos produtos da agricultura, excepto no que respeita à maçã, em que se verificou «acentuada retracção na procura e nas cotações sendo grande o embaraço dos produtores que ainda não se organizaram em cooperativas, perante as dificuldades de comercialização»

Delegação da Líbia chega hoje

A delegação da Líbia, chefiada pelo ministro dos Municípios, Abuzaid Dourda, chega, hoje, com o objectivo de incrementar as relações económicas entre os dois países. A delegação era para ter chegado anteontem, mas, devido a uma remodelação ministerial no Governo líbio, a chegada ficou adiada para hoje.

A delegação é composta por oito elementos: Esa el Baba, director do departamento económico do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Califa el Nahmudi do MNE; Abdusalam Viwai do MNE; Dashir Shih do Ministério dos Municípios; Fakri Azuz, do Ministério dos Transportes e Nasir Eldin el Tunisi, do Ministério da Habitação.

última coluna

• Schmit respondeu a Mário Soares

O chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Schmit, enviou ao Primeiro-Ministro, Mário Soares, um telegrama, em que agradece as felicitações deste, por ocasião «do resultado das eleições para o Parlamento federal alemão» e se congratula «pelo prosseguimento, também de futuro, da nossa boa e amistosa cooperação»

• Suíça fecha consulado no Porto

O Conselho Federal (Governo) suíço anunciou, na quarta-feira, em Berna, que decidiu fechar, em 31 de Dezembro, os consulados suíços no Porto em Hanover e em Trieste.

Num comunicado oficial, o Governo explica que esta «reorganização» visa «reforçar as representações» nos países onde os interesses suíços se têm intensificado nos últimos anos.

• Reunião do PCP em Loures

No prosseguimento dos trabalhos preparatórios do VIII Congresso do Partido Comunista Português, a comissão concelhia de Loures do PCP promove, amanhã, pelas 14 e 30 no Clube Recreativo de S. Julião do Toial, a segunda assembleia da organização concelhia de Loures do Partido.

A partir das 21 horas, realiza-se, no mesmo local um convívio aberto à população com canto livre e teatro.

O SECULO

Empresa Pública dos Jornais SECULO e POPULAR (EPSP)

- REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS EM LISBOA-2 — Rua de «O Seculo», 41 a 63 —
- Telefones — 362751 a 362755
- Telegramas — SECULO — LISBOA
- Telex — 12 372 — SECULO — LISBOA
- REDACÇÃO NO PORTO (DELEGAÇÃO) — Rua Sá da Bandeira, 5, 1.º —
- Telefones — 2 2967 - 2 3603 - 2 68 72 • Telex — 22 799
- ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIDORA NO PORTO — Rua Miguel Bombarda, 221 —
- Telefones — 38 0051 - 31 9526
- REDACÇÃO EM COIMBRA (DELEGAÇÃO) — Rua da Sota, 2-A, 1.º —
- Telefones — 2 41 20 - 2 88 72 - 7 13 36
- ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIDORA DE COIMBRA — Av. Fernão de Magalhães, 458, 1.º —
- Telefone — 2 27 29

Tiragem média de O SECULO no mês de Setembro 34.000 exemplares